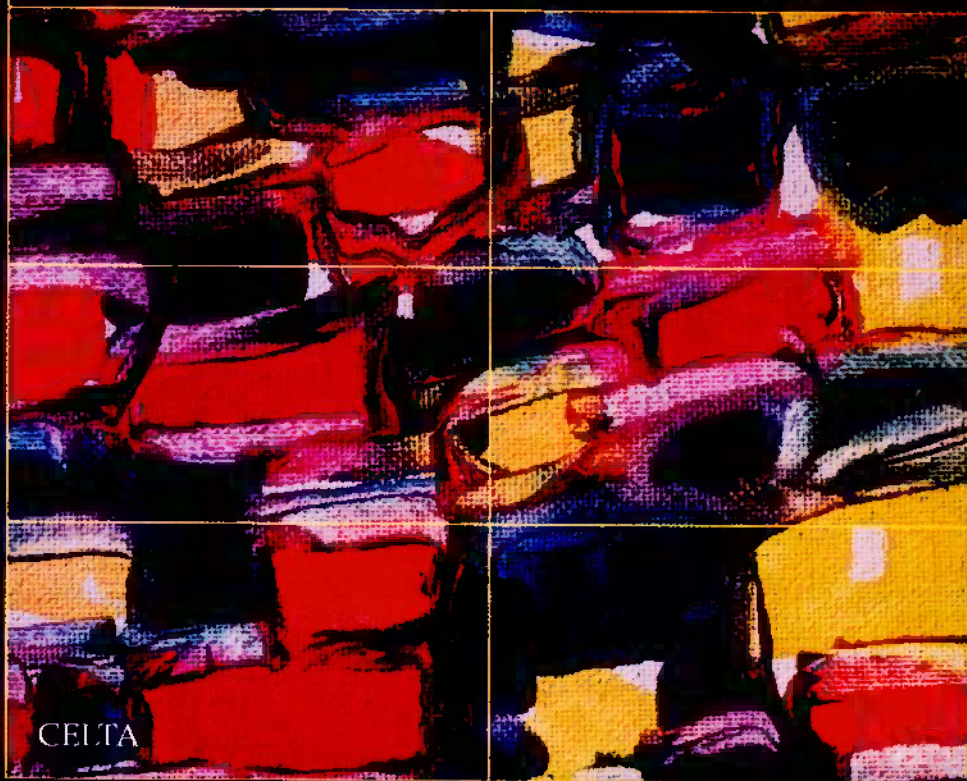


Joana Miranda  
Maria Isabel João  
(organizadoras)

# Identidades Nacionais em Debate



CELTA

## Identities Nacionais em Debate

## Outros títulos

- Alejandro Portes, *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*
- Ana de Saint-Maurice, *Identities Reconstructed: Cabo-verdianos em Portugal* (esgotado)
- Anne Cova, Natália Ramos e Teresa Joaquim, *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*
- Anne de Rugy, *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*
- António Concorda Contador, *Cultura Juvenil Negra em Portugal*
- Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato, *Economia e Imigrantes: Contribuição dos Imigrantes Para a Economia Portuguesa*
- Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*
- Gisela Bock e Anne Cova (orgs.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud / Writing Women's History in Southern Europe: XIXe-XXe Siècles / 19th-20th Centuries*
- Joana Miranda, *A Identidade Nacional, Do Mito ao Sentido Estratégico: Uma Análise Psicossociológica das Comparações Entre os Portugueses e os Outros*
- João Peixoto, *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*
- Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*
- José Gabriel Pereira Bastos, *Portugal Europeu: Estratégias Identitárias Inter-Nacionais dos Portugueses*
- José Joaquim Gomes Canotilho, *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*
- José Luís Garcia (org.), *Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados, Dois Estudos Introdutórios*
- José Luís Garcia, *Migrações e Relações Multiculturais: Uma Bibliografia*
- Manuel Armando Oliveira e Carlos Teixeira, *Jovens Portugueses e Luso-Descendentes no Canadá: Trajetórias de Inserção em Espaços Multiculturais*
- Maria Beatriz Rocha-Trindade e Maria Christina Siqueira de Souza Campos, *História, Memória e Imagens nas Migrações: Abordagens Metodológicas*
- Maria Ioannis Baganha (org.), *Immigration in Southern Europe*
- Paulo Filipe Monteiro, *Emigração: o Eterno Mito do Retorno* (esgotado)
- Rosana Albuquerque, Lígia Évora Ferreira e Telma Viegas, *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*
- Rui Pena Pires, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*
- Teresa Joaquim e Anabela Galhardo (orgs.), *Novos Olhares: Passado e Presente Nos Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*

Joana Miranda e Maria Isabel João  
(organizadoras)

# Identidades Nacionais em Debate

Antônio M. Chaves  
Antônio Medeiros  
Catarina Nunes  
Fernando Luís Machado  
Hermano Carmo  
Joana Miranda  
Lúcia Évora Ferreira  
Luís Cunha  
Marcus E.O. Lima  
Maria Beatriz Rocha-Trindade  
Maria de Fátima Goulão  
Maria Inês de Mello Magalhães  
Maria Isabel João  
Maria José Ferro Tavares  
Noé Freire Sandes  
Rosa Cabecinhas

CELTA EDITORA  
Oeiras | 2006

© Joana Miranda e Maria Isabel João (organizadoras), 2006

Joana Miranda e Maria Isabel João (organizadoras)

**Identidades Nacionais em Debate**

Primeira edição: Setembro de 2006

Tiragem: 600 exemplares

ISBN: 972-774-235-1

Depósito-legal: 241182/06

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo: Paula Neves e Celta Editora

Impressão e acabamentos: Grafis, CRL, Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

**Celta Editora, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal**

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: [mail@celtaeditora.pt](mailto:mail@celtaeditora.pt)

Página: [www.celtaeditora.pt](http://www.celtaeditora.pt)

# Índice

Índice de figuras e quadros .....	ix
Nota introdutória .....	xi
Sobre o Centro .....	xiv
Sobre os autores .....	xv
Resumos e <i>abstracts</i> .....	xviii
Palavras de abertura da Reitora da Universidade Aberta .....	xxvii
<i>Maria José Ferro Tavares</i>	

## Parte I | O OLHAR DA SOCIOLOGIA

Preâmbulo .....	3
<i>Lúcia Évora Ferreira</i>	
1 Afirmções identitárias em quadro migratório .....	5
<i>Maria Beatriz Rocha-Trindade</i>	
2 Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos .....	19
<i>Fernando Luís Machado</i>	

## Parte II | O OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL

Preâmbulo .....	49
<i>Maria de Fátima Goulão</i>	
3 A nação portuguesa: memória e construção simbólica .....	51
<i>Joana Miranda</i>	

- 4 Identidades nacionais e memória social ..... 67  
*Rosa Cabecinhas, Marcus E. O. Lima, e Antônio M. Chaves*

### Parte III | O OLHAR DA ANTROPOLOGIA

- Preâmbulo ..... 95  
*Catarina Nunes*
- 5 A identidade da nação: encenação e narrativa ..... 97  
*Luís Cunha*
- 6 Estados, nacionalismos e lugares da antropologia ..... 113  
*Antônio Medeiros*

### Parte IV | O OLHAR DA HISTÓRIA

- Preâmbulo ..... 145  
*Maria Inês de Mello Magalhães*
- 7 Fronteiras simbólicas da nação ou quem foi que descobriu  
o Brasil? ..... 147  
*Noé Freire Sandes*
- 8 Historiografia e identificação de Portugal ..... 163  
*Maria Isabel João*
- Comentário final ..... 189  
*Hermano Carmo*

# Índice de figuras e quadros

## Figuras

3.1	Distribuição dos participantes por sexo, grau de ensino, exogrupo de comparação e ordem de apresentação .....	52
3.2	Ordem de apresentação dos blocos consoante as versões .....	52
3.3	Médias das dimensões de valorização de Portugal .....	53
3.4	Comparações Portugal-Espanha nas dimensões identitárias consideradas .....	54

## Quadros

2.1	Sentimento de pertença étnico-nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos, em função da classe social, género, nacionalidade e origem étnico-nacional (médias) .....	25
4.1	Representações da História Universal: os acontecimentos mais referidos .....	77
4.2	Representações da História Universal: as personalidades mais referidas .....	81
4.3	Representações da História Nacional: os acontecimentos mais referidos .....	83
4.4	Representações da História Nacional: as personalidades mais referidas .....	85



## Nota introdutória

No âmbito do projecto *Identidades, Interculturalismo e Mudança Social*, o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) organizou um encontro subordinado ao tema geral *Identidades Nacionais em Debate*. O encontro decorreu na Casa dos Açores, em Lisboa, cujas instalações foram em boa hora colocadas à disposição dos organizadores pela respectiva direcção, o que gostaríamos de publicamente agradecer.

O encontro reuniu, sobretudo, investigadores nacionais e um brasileiro, com várias formações científicas, do âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Assim, procurou cruzar-se o olhar da Sociologia, da Psicologia Social, da Antropologia e da História sobre o problema da identidade nacional e valorizar o contributo específico de cada uma destas ciências para a compreensão de um fenómeno que, apesar do que chegou a ser vaticinado, continua a ter uma força mobilizadora e actuante muito importante nas nossas sociedades.

A identidade é um problema central para a construção dos Estados-nações modernos e para a sua afirmação tanto no plano interno como no externo. Tratando-se de uma questão política que na Europa podemos remontar ao movimento das nacionalidades do século XIX e ao romantismo, apesar de ter raízes anteriores, as suas implicações são mais vastas e remetem-nos para o foro da própria produção da cultura que, doravante, se afirmaria em termos nacionais. Mas, como mostrou Anne-Marie Thiesse, o movimento não deixa de ser cosmopolita e internacional, muito incentivado pela forma como as elites dos vários países se emulam no processo de criar a sua história, a sua literatura, os seus heróis, o seu folclore e a sua cultura de massas comum. Afinal, trata-se de construir todo um quadro de referências simbólicas que sustenta a ideia de uma unidade, para além das divisões sociais, de uma espécie de fraternidade e de homogeneidade que se sobrepõe às diferenças regionais e locais.

O processo de construção e reconstrução das identidades nacionais não é somente interno, visto que a identificação dos cidadãos de um país como

colectivo, como nós, se faz também através da diferenciação em relação aos outros. Este duplo movimento de identificação e de diferenciação traduz-se na produção de imagens, de representações e de narrativas, mais ou menos elaboradas, que atravessam os vários discursos culturais. Por vezes, expressa-se mesmo através do anedótico, do humorístico, a forma como os povos se vêem uns aos outros e como caricaturam as respectivas idiossincrasias reais ou supostas.

Aquilo que identifica e diferencia os membros das diversas nações é, geralmente, expresso em termos objectivos e subjectivos. Fazem parte dos elementos objectivos, os espaços geográficos e os ambientes naturais, as características físicas da maioria da população, o poder unificador, com alguma continuidade no tempo e expressão em todo o território, a história comum ou, pelo menos, os factos marcantes que permitem desenhar o percurso colectivo. Ainda do domínio objectivo são os aspectos culturais que são partilhados pela maioria da população do país: as línguas, os usos e costumes, as tradições, as crenças, etc., que se inserem num fundo ancestral de mais ou menos longa duração. Os elementos subjectivos prendem-se com a psicologia colectiva, com as atitudes, os comportamentos e os valores que são apresentados como marcas identificadoras da generalidade dos cidadãos.

As nações são construções históricas complexas e dinâmicas, sujeitas a transformações e a mudança. A forma como essas entidades surgem aos olhos dos que delas fazem parte, como são vistas, percebidas e imaginadas, eis o género de problemas que foi lançado como desafio para a reflexão dos participantes no encontro. Ao mesmo tempo, os problemas específicos que se colocam em relação à construção das identidades no contexto das migrações também não podia deixar de estar presente. E, se limitações de vária ordem impediram a presença no encontro de outras nacionalidades, de qualquer modo foi possível trazer o olhar de investigadores brasileiros sobre questões relacionadas com a produção da História da nação e da sua representação actual entre os jovens, aliás num interessante estudo comparativo entre os dois países. Mas, de facto, a maioria das comunicações incidiu sobre Portugal.

A qualidade dos textos, apoiados em investigação e reflexões originais, bem como o vivo debate que suscitaram no encontro motivou-nos para realizar a sua publicação e colocá-los à disposição da comunidade científica e dos leitores interessados por estes temas. De facto, esta problemática, pela sua complexidade, exige que as ciências sociais cruzem os seus diversos olhares e, inevitavelmente, os conceitos, as explicações e as teorias têm de nascer desse encontro de perspectivas. No âmbito do CEMRI, esta tem sido uma direcção de pesquisa que decorre da própria diversidade da formação dos seus investigadores. Julgamos que a via será, por conseguinte, no sentido do aprofundamento desse intercâmbio e de mais encontros frutuosos como este que foi realizado a 21 de Outubro de 2005.

Os resumos apresentados permitem ao leitor ficar como uma ideia sucinta dos assuntos abordados por cada autor, pelo que se tornam desnecessárias mais apresentações do conteúdo. A organização da obra segue, de perto, a estrutura do próprio encontro e foram acrescentadas as Palavras de Abertura da Professora Doutora Maria José Ferro Tavares, historiadora e Reitora da Universidade, bem como os preâmbulos dos moderadores das mesas e o comentário final do Professor Doutor Hermano do Carmo, Pró-Reitor e sociólogo que acompanhou os trabalhos do encontro. Como os leitores poderão constatar nos textos manteve-se a grafia característica de Portugal e do Brasil.

*As organizadoras*

## Sobre o Centro

O Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais /CEMRI é uma unidade de investigação científica, integrada no Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Aberta. Em funcionamento desde 1989, o Centro constitui uma Unidade de Investigação e Desenvolvimento, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência, da Inovação e da Tecnologia).

O CEMRI, pioneiro em Portugal no estudo das migrações e das relações interculturais, tem expandido, ao longo dos anos, a sua agenda de investigação e de formação nas áreas das Migrações, Estudos sobre as Mulheres, Saúde, Cultura e Desenvolvimento, Antropologia Visual e Relações Intergeracionais.

O centro tem estabelecido relações com alguns dos mais prestigiados centros de investigação nacionais e internacionais.

A disseminação da produção científica (livros, artigos, documentários fílmicos), a formação (graduada e pós-graduada), assim como a promoção de acções de investigação e de formação como serviço à comunidade constituem algumas das áreas prioritárias de intervenção do Centro.

Identities, Interculturalismo e Mudança Social constitui a temática no âmbito da qual é desenvolvida a investigação.

## Sobre os autores

**Maria Beatriz Rocha-Trindade**, socióloga, é doutorada pela Universidade de Paris V (Sorbonne) e Agregada pela Universidade Nova de Lisboa (FCSH). É Professora Catedrática na Universidade Aberta, onde dirige o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, Unidade de I&D da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Introduziu em Portugal o ensino da Sociologia das Migrações (Universidade Católica, no Curso de Teologia, 1994; a partir de 1996, na Universidade Aberta, a nível de Licenciatura e de Mestrado, até ao presente). É autora de uma vasta bibliografia sobre matérias relacionadas com as Migrações e é colaboradora habitual de revistas científicas internacionais neste domínio. É titular da *Ordre National du Mérite*, de França, com o grau de *Chevalier*, e da Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, de Portugal.  
[e\_mail: mbrt@univ-ab.pt]

**Fernando Luís Machado**, é sociólogo, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Os seus domínios de pesquisa são a imigração, a etnicidade, as classes sociais e a estratificação social. Entre 2002 e 2006, participou no projecto de investigação internacional *LIMITS* (Immigration and Ethnic Minorities in European Cities: Life-Courses and Quality of Life in a World of Limitations), financiado pela Comissão Europeia. Entre 2003 e 2005, dirigiu o projecto de investigação "Jovens Descendentes de Imigrantes Africanos: Transição para a Integração ou para a Exclusão Social?", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Publicou, em 2002, *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora. Recentemente publicou, em co-autoria, "Caminhos limitados de integração social: trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, 2005 e "Desigualdades sociais e

diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos”, *Análise Social*, 176, 2005.

[e\_mail: fernando.machado@iscte.pt]

**Joana Miranda**, licenciada em Psicologia (Universidade de Lisboa), mestre em Relações Interculturais (Universidade Aberta) e doutora em Psicologia Social (Universidade Aberta). É docente do Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Aberta e investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI). De entre as publicações mais recentes destaque para o seu livro de 2002 *A Identidade Nacional: Do Mito ao Sentido Estratégico. Uma Análise Psicossociológica das Comparações entre os Portugueses e os Outros*, Oeiras, Celta.

[e\_mail: joana@univ-ab.pt]

**Rosa Cabecinhas**, licenciada em Psicologia (Universidade de Lisboa), mestre em Psicologia Social e Organizacional (ISCTE) e doutora em Psicossociologia da Comunicação (Universidade do Minho). Com a sua dissertação de doutoramento, intitulada *Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma Análise Psicossociológica da Homogeneização das Minorias* ganhou o prémio para a melhor investigação sobre Imigração e Minorias Étnicas (2003), atribuído pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. É docente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho desde 1990. Actualmente é Directora-Adjunta do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, onde desenvolve investigação sobre relações intergrupais, discriminação social, identidade e memória social.

[e\_mail: cabecinhas@ics.uminho.pt]

**Marcus Eugénio Oliveira Lima**, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba e doutor em Psicologia Social pelo ISCTE. Actualmente é professor de psicologia experimental na Universidade Federal de Sergipe. Tem como interesses de investigação os processos relativos a conflitos intergrupais e identidades sociais.

[e\_mail: meolima@uol.com.br]

**Antonio Marcos Chaves**, mestre em Planeamento do Desenvolvimento (Universidade Federal do Pará) e doutor em Psicologia (Universidade de São Paulo). Actualmente é professor de psicologia social na Universidade Federal da Bahia e Pesquisador Nível 2 do Conselho Nacional de Pesquisa (Brasil). As suas pesquisas têm procurado articulações entre a Psicologia e a História, através de estudos sobre os significados da infância, formação de conceitos, representações do trabalho infanto-juvenil e da História.

[e\_mail: amchaves@ufba.br]

**Luís Cunha**, licenciado em Antropologia Social pelo ISCTE e docente na Universidade do Minho desde 1990. Doutoramento em Antropologia pela Universidade do Minho com a tese “Entre espaço e representação: comunidade e memória social”, centrada num trabalho de terreno levado a cabo na vila fronteiriça de Campo Maior. Tem também

desenvolvido investigação no domínio dos processos de construção da identidade nacional, da qual resultou, além de vários artigos e comunicações, o livro “A nação nas malhas da sua identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional”.

[e\_mail: lmcunha@ics.uminho.pt]

**António Medeiros**, antropólogo e professor do ISCTE, tem como interesses principais de pesquisa o nacionalismo, o regionalismo e a história da antropologia.

[e\_mail: medeiros.antonio@hotmail.com]

**Noé Freire Sandes**, professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás (Brasil). Concluiu seu doutorado na Universidade de São Paulo em 1997. Publicou o livro “A invenção do Brasil entre a monarquia e a república” (2000), “Nação e políticas de saúde” (2002) bem como inúmeros artigos e colaborações em revistas especializadas. É pesquisador do CNPq e desenvolve pesquisa na linha memória e imaginários sociais do Programa de Pós-graduação em História da UFG. Coordenou o programa de Pós-graduação entre os anos de 2000-2002, é sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e, actualmente, é director da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG.

[e\_mail: noe@fshf.ufg.br]

**Maria Isabel João**, É historiadora, professora da Universidade Aberta, do Departamento de Ciências Sociais e Humanas e Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI). A sua área de investigação é a História Contemporânea de Portugal, com interesse específico pela História Regional dos Açores e pelas questões da Memória Social e das Identidades Nacionais. O seu doutoramento, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian, versou sobre *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Depois dele, já publicou outra obra sobre *Mito e Memória do Infante D. Henrique*, bem como múltiplos artigos sobre variados temas.

[e\_mail: ijoao@univ-ab.pt]

## Historiografia e identificação de Portugal

Maria Isabel João

Na sua célebre obra justamente intitulada *Identificação de um país* (1.<sup>a</sup> ed. 1985), o historiador José Mattoso respondeu à questão das origens da nacionalidade portuguesa e construiu um quadro impressionante da sociedade medieval, do final do século XI ao início do século XIV. Com as ferramentas da moderna historiografia, o seu olhar cruza os saberes da Geografia Humana, da Antropologia, da Sociologia e da História para elucidar os problemas que o apaixonam, numa época em que a questão da identidade nacional ganhava uma renovada importância. Com efeito, em 1978 Eduardo Lourenço deu à estampa o seu ensaio sobre a “psicanálise mítica do destino português” e a voga das monumentais histórias de Portugal, algumas das quais mobilizaram uma vasta plêiade de historiadores, estava a começar. Joaquim Veríssimo Serrão, José Hermano Saraiva, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, o próprio José Mattoso e, finalmente, João Medina foram responsáveis por uma série de histórias de Portugal, desde os primórdios até à actualidade. Depois de um longo período dominado pela *História de Portugal*, abreviadamente identificada pelo local da edição, Barcelos, esta verdadeira explosão das histórias nacionais mostra que o problema da identificação do país e o seu corolário, a construção da memória colectiva dos portugueses, continua a ser o tema recorrente dos historiadores.

A historiografia tem desempenhado, sobretudo desde o século XIX, um papel importante na construção das imagens, das representações de Portugal e no delinear das coordenadas que permitem identificar a nação. Mas não tem sido prática dos historiadores interrogar-se sobre esse seu trabalho e visto, em perspectiva também histórica, a forma como têm contribuído para a construção, ou melhor dizendo, no plural, as construções, da identidade nacional. É, por conseguinte, nesse problema que vai centrar-se a nossa reflexão. Devido às limitações do tempo e da própria investigação em curso, a abordagem irá incidir sobre a já referida *História de Portugal*, da edição de Barcelos, cujos primeiros sete volumes foram publicados entre 1928 e 1935. Posteriormente,

foram editados mais dois volumes: em 1954, Damião Peres acrescentou o primeiro suplemento sobre a segunda parte da I República; em 1981, já depois da morte daquele que tinha sido o director do projecto, Franco Nogueira escreveu o segundo suplemento sobre o Estado Novo, referido como a II República. Produzida numa época fortemente nacionalista, a obra foi uma síntese importante da historiografia portuguesa, marcada por um certo cunho de exaltação patriótica e heróica. De forma expressiva, no prefácio anunciam-se os propósitos dos editores: “Nas páginas que vão seguir-se será escrita a história de um grande Povo, de uma grande Nação: singelamente — a história de Portugal.” Fazendo jus à herança do século XIX, o Povo é visto como o conjunto de todos os Portugueses e como um colectivo com uma *alma*, um *carácter* próprio, que transcende os indivíduos, as divisões sociais e se afirma através da sua história. Dessa afirmação colectiva depende a sua existência como Nação e a oscilação entre os momentos áureos e os de decadência. Dar a conhecer tal percurso colectivo é, pois, a principal missão dos historiadores.

### **A História de Portugal, de Barcelos**

As histórias nacionais remontam somente ao século XIX. Antes disso houve tentativas de escrever histórias gerais do Reino de Portugal, mas faltava aos seus autores uma concepção unificadora do passado que permitisse traçar, para além das divisões dinásticas e dos reinados, uma linha de continuidade no desenrolar dos acontecimentos. A sua visão da história estava ainda enfeudada ao papel dos reis e dos príncipes, os grandes protagonistas dos acontecimentos. Foi a emergência do conceito de Povo como sujeito colectivo da História, com a historiografia romântica e liberal, que tornou possível uma verdadeira história nacional. Coube a Alexandre Herculano, como se sabe, o mérito de ser o primeiro a escrever uma *História de Portugal* segundo a nova concepção. Como o próprio confessou, começou “por imaginar apenas uma história do povo e das suas instituições, alguma coisa no género da *Histoire du Tiers État*, de Thierry, mas mais desenvolvida”, porém viu que tinha coligido elementos suficientes para fazer algo de mais ambicioso e abalançou-se a uma *História de Portugal*.<sup>1</sup> Não chegou a levar de vencida o seu vasto projecto, que se quedou pela época medieval, no reinado de D. Afonso III (4 vols., 1846-1853). Contudo, a influência de Herculano foi decisiva na historiografia portuguesa e nas pequenas elites cultas oitocentistas, que se podiam deleitar com a leitura da revista *O Panorama*. Esta publicação, fundada em 1837, foi dirigida por ele e nela colaboraram muitos dos seus amigos. Os artigos de

---

1 Cit. Joel Serrão, “Historiografia: na época contemporânea”, em *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 437

carácter histórico ocuparam um lugar de destaque entre os assuntos tratados pela revista,<sup>2</sup> contribuindo para divulgar uma cultura humanística de cariz patriótico adequada ao paradigma da nova cidadania burguesa.

O século XIX já foi justamente considerado o século da História. A proliferação das publicações deste género e o relevo que tiveram, entre as camadas mais cultas e as populares, os romances e os dramas históricos, muitas vezes encenados nos palcos dos teatros mais frequentados pelo público, mostra a importância que era atribuída ao passado. Naturalmente, tratava-se de um passado reconstruído, recriado segundo uma visão unilateral do percurso da sociedade, que visava, simultaneamente, enaltecer e elevar o espírito colectivo, justificar as mudanças sociopolíticas e o presente, e fornecer aos cidadãos os motivos para se orgulharem de si como Povo, como Nação capaz de grandes feitos. Como escreveu Herculano, atento aos sinais do seu tempo: “Pobres, fracos, humilhados depois de tão formosos dias de poderio e de renome, que nos resta senão o passado? (...) O trato dos que foram grandes e fortes restaurará talvez o sentido moral, moribundo nos corações da geração que ora passa.”<sup>3</sup> Mas, ao mesmo tempo, há na melhor historiografia oitocentista uma preocupação de descer às fontes, de recorrer aos documentos, de rigor e de crítica histórica que não se compadecem com certo tipo de efabulações e de mitos. O exemplo foi dado pelo próprio Herculano quando pôs em causa o mito de Ourique e as Cortes de Lamego, demonstrando que se baseavam em documentos apócrifos. Por outro lado, os relatos muito vivos do que se passou nem sempre desdenhavam mostrar o lado menos luminoso da acção dos antepassados, a violência, a corrupção dos costumes, os erros e as fraquezas morais. A história devia ser um retrato fiel do passado e servir também de lição cívica para as novas gerações.

Depois da *História de Portugal* de Herculano, outras surgiram mais ou menos marcadas pelo exemplo do mestre. No campo historiográfico, destacaram-se por diferentes razões as seguintes:

- a *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, publicada por Rebelo da Silva entre 1860-1871, que Joel Serrão considerou um “inegável retrocesso” em relação ao modelo herculaniano,<sup>4</sup> mas almejava dar continuidade à obra inacabada do mestre;
- a *História de Portugal desde o Tempos mais Remotos até à Actualidade*, que começou a ser editada em 1867, era um vasto projecto de Pinheiro Chagas

---

2 Fernando Catroga, “Alexandre Herculano e o historicismo romântico” in, Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 42.

3 Alexandre Herculano cit. *Idem*, p. 41.

4 Joel Serrão, “Historiografia: na época contemporânea”, em *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 442.

(12 volumes), mais voltado para a divulgação desenvolvida do passado histórico do que para a investigação criteriosa;

- a *História de Portugal*, de Oliveira Martins (1.<sup>a</sup> ed., 1879; 20.<sup>a</sup> ed., 1991), afirma-se pelo carácter impressivo dos quadros traçados pelo autor, pelo valor ensaístico e pelas intuições martinianas, apesar de ser insuficiente no rigor da análise dos factos e dos documentos, próprio da investigação erudita.

Além destas obras, a segunda metade do século XIX foi pródiga noutro género de histórias nacionais, de menor fôlego e originalidade, que se destinavam a divulgar o conhecimento do passado nacional, no país e no estrangeiro, ou que eram pautadas por fins estritamente pedagógicos. Os compêndios para os vários níveis de ensino tinham um mercado seguro e algumas dessas obras tiveram um número extraordinário de edições.<sup>5</sup> Todas elas iam contribuindo para construir a memória nacional, pelo menos junto das camadas alfabetizadas e letradas da sociedade portuguesa.

O século XX e a mudança do regime político não trouxeram, de imediato, uma nova *História de Portugal*. A história "lição moral", que fazia "viver os seus homens e representar de um modo real a cena em que se agitam",<sup>6</sup> como defendia Oliveira Martins, não teve eco entre os investigadores e os eruditos. Estes prosseguiram na senda da historiografia positiva e metódica, que procurava de uma forma desapaixonada vasculhar os arquivos, compilar os documentos e trazer à luz do dia os factos. Não eram, por isso, dados a grandes sínteses e prosseguiram um trabalho descritivo e narrativo que não deixou de ser importante para construir as bases do edifício da historiografia portuguesa. Assim, a nova *História de Portugal* (1922-1929) saiu da pena de um professor de liceu, Fortunato de Almeida, que apresentou "uma síntese bastante completa e criteriosa", segundo José Mattoso.<sup>7</sup> A perspectiva ideológica de Fortunato de Almeida é bastante conservadora, mas o seu notável domínio da bibliografia, o rigor na citação das suas fontes e a quantidade de informação apresentada tornaram esta obra uma referência útil.

O seu último volume foi publicado pouco depois do primeiro da monumental *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, no aspecto literário, e por Eleutério Cerdeira, no artístico. Eram ambos professores no Porto, o primeiro da Faculdade de Letras e o segundo da Escola Industrial do Infante D. Henrique, e partilhavam a direcção do Arquivo Histórico daquela cidade. Por isso, na vasta pléiade de colaboradores que participaram na elaboração

5 Ver Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Identificação de Portugal (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

6 Oliveira Martins, *História de Portugal*, 20.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1991, p. 9

7 José Mattoso, "Apresentação. A tradição Historiográfica das Histórias de Portugal", em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, I vol., Lisboa, Editorial Estampa, s.d., p. 9

dos diversos volumes, mais de duas dezenas, geralmente universitários, avultavam os do Porto, seguidos pelos de Lisboa e de Coimbra.<sup>8</sup> Mas havia também autores que não pertenciam aos meios académicos e que, de alguma forma, se tinham evidenciado nas lides históricas, o que compunha um leque representativo da historiografia portuguesa daquela época. Além disso, logo no primeiro volume, temos uma panorâmica da Geografia de Portugal e as perspectivas da Antropologia Física, então em voga, sobre as características somáticas do povo português e sobre as “raças” que teriam estado na base da sua composição étnica.

Os propósitos nacionalistas da obra são por demais evidentes no prefácio e no facto de associar-se à comemoração do oitavo centenário da fundação da nacionalidade que haveria de ser celebrado, com grande aparato, pelo Estado Novo em 1940. Contudo, em 1928, o acontecimento que se tinha em mente era a Batalha de S. Mamede, ocorrida em 1128, que representou a derrota das forças de D. Teresa e do conde galego, Fernão Peres de Trava, e a vitória do jovem herdeiro que congregava as aspirações de autonomia dos barões portugalenses. De modo significativo, a publicação é dedicada “À memória dos nossos Maiores” e a primeira ilustração é o painel do pintor Acácio Lino, *A Primeira Tarde Portuguesa*, que evoca a referida batalha. Nas comemorações de 40 preferiu-se tomar como referência a Batalha de Ourique, de grande carga mítica, que se deu entre Julho de 1139 e Fevereiro ou Maio de 1140,<sup>9</sup> e a tradição de que D. Afonso Henriques teria sido nela aclamado rei pelos guerreiros vitoriosos. Se recordarmos que a Batalha de Ourique está ligada a uma lenda que torna Portugal uma nação predestinada para espalhar a fé de Cristo pelo mundo,<sup>10</sup> torna-se compreensível a opção do regime pela última data que associa a fundação da nacionalidade ao futuro Império.

O cunho ideológico nacionalista, que é uma marca da época, não diminui o valor do empreendimento para a divulgação da história de Portugal entre um público cultivado e interessado nos feitos dos antepassados. As numerosas ilustrações que acompanham o texto, bastante sugestivas, bem seleccionadas e de qualidade, permitem outro nível de leitura e valorizam os monumentos e as artes nacionais. Muitas delas sublinham o sentido épico da história através da reprodução de pinturas de cariz romântico e heróico, que destacam os grandes momentos da nação, como o quadro de Veloso Salgado, *A Aclamação de D. João IV*, do acervo do Museu Militar, inserido no volume

8 Luís Reis Torgal, “Sob o signo da ‘reconstrução nacional’”, em Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 268-269.

9 José Mattoso (org.), *História de Portugal*, II vol., Lisboa, Editorial Estampa, s.d., p. 62.

10 Ver Ana Isabel Buescu, “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 49-69.

sexto. Os textos são, naturalmente, de valor desigual e foi criticada a ausência de bibliografia e de notas que referenciassem, de forma sistemática, as fontes utilizadas pelos autores. Mesmo numa obra de divulgação, estas seriam importantes para se poder cotejar as fontes e para abrir a possibilidade de outras reflexões. Apesar disso, José Mattoso considera que a obra “exerceu uma influência positiva sobre a investigação histórica portuguesa dos anos 30 a 60”.<sup>11</sup> Pelo contrário, Vitorino Magalhães Godinho tinha feito uma avaliação menos favorável das duas grandes histórias de Portugal, publicadas nos anos 20 e 30. Na sua opinião, “nenhuma (...) serviu de trampolim para qualquer movimento vasto e intenso de investigação; parecem fechar uma época, e não abrir horizontes para a renovação da pesquisa.”<sup>12</sup> Assim parece ser, realmente, se tivermos em conta o movimento de renovação da historiografia que estava em curso noutros países da Europa e do qual os ecos eram fracos no nosso país. Mas esta constatação não invalida a importância que, em especial, a *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, teve no contexto da historiografia nacional e a influência duradoura que exerceu sobre o imaginário histórico das camadas mais cultas da população. Daí o interesse da sua análise quando se trata de perceber a relação entre a historiografia e as construções da identidade nacional.

### A estrutura da obra

Começaremos, então, pela estrutura geral da *História de Portugal*, de Barcelos, para mostrar, em traços largos, a forma como dela se pode depreender uma certa ideia de Portugal como entidade histórica. O plano geral da obra segue uma periodização de tipo tradicional, tendo em alguma linha de conta as dinastias, mas sem ser de forma exclusiva. O primeiro volume tem uma longa introdução à geografia do país, no contexto da Península Ibérica, e trata do período anterior à constituição do reino de Portugal, tomando como limite cronológico a data da Batalha de S. Mamede (1128). A abordagem histórica inicia-se com um capítulo sobre *A Lusitânia Pré-Romana*, no qual se insere uma breve digressão pela pré-histórica do Ocidente peninsular. Em seguida, apresentam-se as sucessivas invasões e os períodos de domínio de vários povos: o romano, o germânico e, por último, o árabe. O volume termina com os primeiros séculos da *Reconquista Cristã* e a vigência do Condado Portucalense, até ao momento que D. Afonso Henriques se preparava para assumir a herança paterna. As bases da identificação de Portugal são, assim,

- 
- 11 José Mattoso, “Apresentação. A tradição Historiográfica das Histórias de Portugal”, em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, I vol., Lisboa, Editorial Estampa, s.d., p. 10.
  - 12 Vitorino Magalhães Godinho, “A historiografia portuguesa. Orientações, problemas, perspectivas”, em *Revista de História*, vol. X, n.º 21 e 22, Janeiro-Junho 1955, p. 10

claramente enunciadas: o território e o cruzamento dos povos que nele forjaram o quadro humano que deu origem aos Portugueses.

O segundo volume reporta-se à “primeira época” de Portugal (1128-1411), abrangendo toda a primeira dinastia, a de Borgonha, e o início da segunda, a de Avis. A fundação da nacionalidade é, directamente, associada à constituição de um Estado independente, no século XII. A afirmação da coroa em todo o território que viria a ser Portugal, à medida que são conquistadas as terras aos mouros, se edifica a administração e o poder régio se estende a todas as suas partes, desenha a moldura da nova nação. E, de forma quase imediata, vemos esta tomar consciência de si através da oposição a Castela e de um sentido de unidade colectiva, definido pela pertença a um reino cioso da sua autonomia. Assim sendo, a aclamação do Mestre de Avis, nas Cortes de Coimbra, em 1385, o bastardo que não tinha direito legal ao trono, mas foi sustentado pelos burgueses e pela arrua-miúda, contra as pretensões do rei de Castela, como relata Fernão Lopes, é apresentado como um momento decisivo no processo da autonomia nacional. Os primeiros anos do reinado de D. João I foram para resolver os conflitos com Castela e para organizar a sua administração. Em 1411, o tratado de paz de Segóvia pôs termo a um longo período de guerras com Castela e a coroa portuguesa, depois de ainda ter oferecido os seus préstimos para ajudar na conquista do reino de Granada, o que não foi aceite, voltou-se para o Norte de África.

A conquista de Ceuta, em 1415, marcou o início da expansão portuguesa e da opção ultramarina por parte das elites dirigentes do país. Foi a capacidade de gizar um projecto de expansão e de afirmação no mundo, que transformou o pequeno Reino num grande Império, que tornou evidente a maturidade de Portugal como nação e, simultaneamente, permitiu cimentar a sua independência, no contexto duma Península Ibérica dominada pelo gigante espanhol. Esse foi o “momento solar” da história nacional, nas palavras de Eduardo Lourenço,<sup>13</sup> e só tem essa carga mítica na medida em que a Literatura e a História construíram daquele período uma imagem de grandeza épica, na qual nos temos vindo a rever com saudade, pelo menos desde o século XIX. Compreende-se, deste modo, que o terceiro e o quarto volumes da *História de Portugal*, de Barcelos, se centrem no período dos descobrimentos e das conquistas, e tenham como limite cronológico 1557, o ano da morte de D. João III. A regência de D. Catarina da Áustria e o breve reinado de D. Sebastião, com a trágica derrota de Alcácer-Quibir, prenunciam já a “decadência” que irá conduzir à incorporação no império dos Habsburgos espanhóis, em 1580. Por isso, o quinto volume baliza-se entre 1557 e 1640, o mítico ano da Restauração, tratando essencialmente da chamada ocupação filipina. Desta forma, a “segunda época” do reino de Portugal, da segunda década do século XV a meados do

13 Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 11. De um artigo publicado no Expresso, a 4 de Julho de 1987, com o título “Portugal — Identidade e Imagem”.

século XVI, identificada com o período glorioso da epopeia nacional, é tratada de forma extensa e detalhada, em dois volumes e mais de um milhar de páginas; enquanto que a “terceira época” apresenta um número de páginas bastante inferior: menos de metade das que são dedicadas ao período anterior, o que não deixa de ser significativo da importância relativa que lhes é atribuída.

Maior desenvolvimento merecem a quarta e a quinta épocas, balizadas respectivamente entre 1640-1815, o ano da criação legal do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e 1816-1918, em que o marco é o fim da I Guerra Mundial. A República foi continuada por Damião Peres e veio, por isso, a ter uma extensão considerável no cômputo global do número de páginas. Sendo ainda de mencionar, fora do plano dos promotores do projecto, a parte do Estado Novo acrescentada no início dos anos 80, por Franco Nogueira.

Vemos, por conseguinte, que os limites cronológicos são do foro político e não têm somente em conta as sucessões dinásticas. A transição da primeira para a segunda época — 1411 — e da quarta para a quinta — 1815 — tomam como referência acontecimentos que se prendem com o futuro imediato do Império, apesar de ocorrerem no decurso dos reinados de D. João I e de D. João VI. Na primeira é o início da viragem para o que foi considerado como o destino ultramarino da nação, impossibilitada de se expandir na Península Ibérica; na segunda está em causa a ascensão do Brasil de colónia a parceiro do Reino Unido, o que, afinal, foi um dos passos para a sua independência, com profundas implicações no redesenho do Império português. Já 1557 e 1640 são datas estritamente ligadas à mudança dos protagonistas políticos. A primeira associa os problemas de sucessão abertos pela morte de D. João III a um processo de decadência que culmina com a perda da independência, em 1580, mas a sua recuperação sessenta anos mais tarde mostra que a força vital da nação não morrera.

É isso mesmo que podemos inferir das palavras de Damião Peres no prefácio, onde de forma sucinta traçou as linhas fundamentais da estrutura da obra:

Primeiro estabelece-se e firma-se a independência. Depois, nos séculos XV e XVI, os Portugueses descobrem para metade do mundo a outra metade que aquela desconhecia; em sucessivos rasgos de audácia, arrancam ao oceano o segredo das suas ilhas; vão à Índia, ao Brasil, aos confins do noroeste do Atlântico, à China, ao Japão, à Austrália; cingem em viagem de circum-navegação a terra inteira. Mais tarde quando o organismo nacional entra em decadência, não raros actos de devotado e heróico esforço pessoal iluminam as trevas, mostrando que é imperecível a alma da Pátria.<sup>14</sup>

14 Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. I, Prefácio s.p.

A nação é, assim, vista como um organismo dotado de vida própria que cresce até ganhar a sua autonomia, depois expande-se, e a seguir entra num processo de declínio, mas sem deixar de mostrar em momentos especiais a sua fibra. A Restauração é, sem dúvida, um deles. Em contrapartida, as datas da implantação da Monarquia Constitucional e da República não merecem a mesma consideração, diluindo-se no meio duma "quinta época" que corresponde, grosso modo, a um longo século XIX, tão mal visto pelos sectores mais conservadores, naqueles anos 20 e 30. Apesar disso, a visão desse longo século é relativamente equilibrada e a inclusão da época contemporânea, completada pelo empenho de Damião Peres na feitura do suplemento que actualizava a história da I República, revela que se pretendia abarcar toda a história nacional, sem o facciosismo que foi característico de outras obras menores da mesma altura.

Outra perspectiva da estrutura da obra e das opções dos seus autores pode ser fornecida pela análise da relação entre a extensão temporal de cada época considerada e o número de páginas que lhe é dedicado. Aliás, esse é um dos problemas da historiografia, como muito bem notou Roland Barthes.<sup>15</sup> Por vezes um período de milhares de anos ou de vários séculos é apresentado de uma penada, enquanto que um breve momento na história da humanidade merece por parte dos historiadores uma atenção minuciosa. É evidente que há várias razões para que assim seja: desde logo, as limitações decorrentes dos indícios materiais e da memória que foram conservados pelas sociedades, depois os condicionalismos impostos pelo estado da investigação histórica e, naturalmente, com igual ou maior destaque, as opções que são feitas pelos historiadores em função dos valores ideológicos e das preocupações do presente.

No caso da *História de Portugal* em apreço, os milénios do passado mais remoto do Noroeste da Península Ibérica são tratados num único volume. Nele percorremos rapidamente o longo período que vai da pré-história e dos homens primitivos ao primeiro quartel do século XII. Compreende-se: é o período anterior à formação do Estado português e aquele em que a investigação histórica estava menos desenvolvida; além de ser dos mais difíceis de abordar por causa da escassez da informação. Já os oito séculos seguintes ocupam oito volumes (incluindo os posteriores sobre a República e o Estado Novo), também desigualmente distribuídos em termos temporais. A centena e meia de anos que corresponde ao período dos descobrimentos e conquistas destaca-se pelo tratamento mais desenvolvido, enquanto que os quase três séculos do Portugal medievo e os cento e setenta e cinco anos que englobam parte da época seiscentista e toda a setecentista são abordados de forma

---

15 Roland Barthes, "O discurso da História", em *O Rumor da Língua*, Lisboa, Edições 70, 1987, pp. 121-141.

bastante mais sucinta. Neste quadro, o volume dedicado aos oitenta e três anos que incluem o período filipino e os seus antecedentes imediatos não parece ser, afinal, tão reduzido, apesar de ter o menor número de páginas do conjunto. Por sua vez, a época contemporânea também acabou por ficar bastante bem representada na economia global da obra.

Uma análise mais detalhada dos capítulos e dos factos narrados permitiria, certamente, extrair ilações mais aprofundadas sobre a visão da história que se apresenta aos Portugueses. Mas da estrutura geral ressalta uma concepção imperial e ultramarina do destino da nação, bem ilustrada por parte da iconografia escolhida, pelo espaço dedicado aos descobrimentos e conquistas e, ainda, pela importância dos capítulos dedicados ao Ultramar. A partir da época quinhentista o tema está sempre presente, sob o título "Domínio ultramarino". Contudo, no suplemento editado nos anos 50 sobre a República, Damião Peres preferiu a expressão "Ultramar português", mais consentânea com a ideia da integração das chamadas Províncias Ultramarinas no corpo da nação.

A outra nota marcante é o carácter ancestral da nação, profundamente enraizada no espaço e no tempo. A história de Portugal começa com a Lusitânia pré-romana, mais exactamente quando os Lusitanos e os Galegos se distinguem pela participação nas guerras Púnicas, no final do século III. Nas suas origens, a nação mescla os contributos de vários povos e culturas, mas afirma-se com a "reconquista" cristã e a fundação do condado que foi o germen de uma nova nacionalidade. A origem remota de Portugal vai, assim, entroncar nos Lusitanos e, dado o processo dito de "reconquista", o território nacional desenha-se de Norte para Sul e, em termos culturais, são realmente valorizados os elementos cristãos na formação da nacionalidade. Esta visão da história tem raízes profundas, como veremos adiante, e moldou um certo imaginário nacional, presente na designação dos Portugueses como Lusos ou Lusitanos e nas encenações populares das guerras entre Mouros e Cristãos, em que aqueles são vencidos. Finalmente, é importante perceber que a origem remota e o carácter ancestral das nações são tópicos recorrentes do discurso nacionalista e prendem-se com a necessidade de sentir a segurança de uma longa continuidade no tempo, a qual não só legitima a existência da comunidade nacional, mas é também uma garantia da sua perenidade.

## O território

Uma nação precisa de um território, quer este seja uma realidade ou uma projecção imaginária, como foi durante muitos séculos a Terra Prometida dos Judeus. Por isso, a abordagem da história de Portugal começa pela caracterização geográfica da região ocidental da Península Ibérica e por procurar nela os traços de uma individualidade territorial, susceptível de explicar a sua demarcação

política do resto da antiga Hispânia. O autor desta primeira parte, Mário de Vasconcelos e Sá, professor do Instituto do Comércio do Porto, declara logo de início: "Portugal é, territorialmente, um pequeno país. Tomaram-no grande, porém, a beleza da sua paisagem, a suavidade do seu clima e o valor do povo que o tem habitado".<sup>16</sup> Tem em mente, como é óbvio, o século de ouro da nação, quando caminhou na "vanguarda dos povos pelo pensamento e pela acção". E deduz daí um primeiro traço identificador de Portugal: o facto da sua situação geográfica ter feito do país o "cais da Europa" e da exposição atlântica ter conferido às populações que habitavam os socalmos ocidentais da península um carácter distinto das restantes. Na sua opinião, "o Mar atraiu-nos sempre. (...) prendeu, desde muito cedo, a nossa alma, já de si sonhadora e aventureira."<sup>17</sup> O Atlântico foi o palco onde se desenrolou o grande drama protagonizado pelos Portugueses, com "coragem, abnegação e valentia", enquanto os outros "espiavam" com "olhos cobiçosos e embevecidos". O primeiro traço salientado é, portanto, a privilegiada relação com o mar e a dimensão Atlântica do território nacional.

Todavia, não é possível negar que Portugal é um retalho da Península Ibérica pela composição geológica do seu solo e pela sua estrutura e relevo, dado que a maior parte do seu território é formada pela zona ocidental da Meseta. Mas, apesar de Portugal e Espanha pertencerem à mesma unidade geomorfológica, isso não invalida que sejam "dois quadros geográficos distintos".<sup>18</sup> Vasconcelos e Sá sustenta esta tese, então vulgarmente aceite, numa série de contrastes entre Portugal e Espanha: a diferença de altitude média, mais baixa do lado português, e o extenso *hinterland* que oferece boas possibilidades para a actividade humana; a importância dos vales que facilitam a circulação e impedem o isolamento das regiões, excepto no caso formado pela serra da Estrela; a diversa distribuição das massas orográficas; a navegabilidade dos rios no troço correspondente ao território português, ao contrário dos espanhóis; o contacto mais fácil entre a terra e o mar, na extensa costa portuguesa, com as suas reentrâncias favoráveis aos portos e ao estabelecimento de populações piscatórias; a maior homogeneidade do território, do clima, da distribuição da população em Portugal, ao contrário da diversidade e dos grandes contrastes da Espanha que justificam os seus fortes regionalismos. Em suma, o autor considera que "no seu conjunto, o território espanhol tem uma configuração concêntrica, devido a uma acção centrípeta, continental; Portugal tem uma configuração excêntrica, devido a uma acção centrífuga, oceânica".<sup>19</sup>

16 Mário de Vasconcelos e Sá, "I Parte. Condições geográficas", em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol I, p. 17.

17 *Idem*, p. 18.

18 *Idem*, p. 69.

19 *Idem*, p. 75.

Vasconcelos e Sá toma, assim, como base da sua observação as duas unidades políticas, criadas pela vontade e acção dos homens, e faz um exercício discutível para estabelecer diferenças geográficas entre elas. Ora, os contrastes que vê entre ambos os países são também verdadeiros se olharmos para o interior de cada um deles, onde as diversas regiões e zonas que os compõem formam unidades que, de algum modo, se diferenciam e se complementam. Essa diversidade faz parte da unidade geográfica que é a Península Ibérica, na qual Portugal se insere, como demonstraram Amorim Girão e, na sua senda, Orlando Ribeiro.<sup>20</sup> Além disso, se de facto a capital da Espanha se situa no centro, em Madrid, essa força centrípeta e continental não impediu o país de trilhar o caminho dos mares e de construir um império ultramarino, nem o inibe de ter nas suas costas e nos seus portos mediterrânicos e atlânticos uma intensa actividade marítima e piscatória. O suposto contraste geográfico entre os dois países não resiste a uma análise mais objectiva da realidade, a partir do momento em que a Geografia põe em causa as concepções próprias do determinismo geográfico.

Mário Vasconcelos e Sá, apesar da importância que atribui à maior "homogeneidade" geográfica de Portugal, não ignora a sua diversidade e divide o país em oito zonas, tendo em conta a morfologia dos solos, o clima e o regime pluviométrico, que se combinam para determinar as condições para a agricultura e para formar as paisagens. Distingue, a Norte, o Minho, a oeste do rio Tâmega, exceptuando as serras da Peneda, Amarela, Gerês e Alturas ou Barroso, e a formação galaico-duriense, desde a fronteira norte até uma linha leste-oeste, vinda da serra da Marofa ao Vouga. A seguir destaca a zona das planícies, formada por todo o litoral a sul do Porto até às proximidades da serra de Sintra, e ladeada pelas serras da Arada, Caramulo, Buçaco, Sicó, Aire, Candeeiros e Montejunto, entre outras. No centro do país, demarca a zona constituída pelo sinclinal cavado pelo rio Mondego e a que é formada pelos terrenos do sistema lusitano-castelhano, onde se insere a serra da Estrela. No Sul, distingue a zona formada pelas bacias do Sorraia e do Sado, o Alto Alentejo e, finalmente, o Algarve. Contudo, esta fragmentação em regiões naturais não colide, na visão do autor, com a ideia da unidade do quadro geográfico nacional. Nos anos 40, pelo contrário, o geógrafo Orlando Ribeiro irá acentuar como elemento central da identidade portuguesa a dualidade geográfica do país, em que se entrelaçam as influências atlânticas e mediterrânicas.<sup>21</sup> Divide, então, o país em três regiões: o Norte

---

20 "A ideia de uma 'individualidade geográfica' de Portugal como base da sua separação política, grata a geógrafos com E. Reclus e Silva Teles, embora retomada em termos científicos por H. Lautensach, carece de fundamento." Orlando Ribeiro, "Portugal, formação de", em Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, s.l., Iniciativas Editoriais, s.d., p. 132.

21 Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5.ª ed., revista e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.

atlântico, o Norte transmontano e o Sul. E, num *zoom* mais próximo e ampliado, distingue vinte e três unidades de paisagem, do Entre Douro e Minho ao Algarve Litoral ou Baixo Algarve.

Em termos de povoamento, Mário Vasconcelos e Sá divide o país em quatro zonas, consoante a maior ou menor densidade populacional. Salienta a importância histórica do povoamento litoral e a origem pré-histórica dos primeiros aglomerados populacionais. Defende que os planaltos de Trás-os-Montes e da parte oriental do Minho podem ter sido o “foco remotíssimo duma civilização autónoma, ocidental, que, muito antes dos povos orientais, tivesse criado e usado largamente uma escrita simplificada com o fim de transmitir ideias e pensamentos”.<sup>22</sup> Está a referir-se às misteriosas inscrições encontradas em Carrzedeo do Alvão e parece agradar ao autor a ideia de que esta região já teria estado na vanguarda em épocas remotas. De modo oposto, o autor do capítulo seguinte, Mendes Correia, mais informado em termos arqueológicos, refere que o Noroeste da Península Ibérica era um “recanto sertanejo” para os povos das civilizações mediterrânicas mais florescentes, os Lígures, os Egeus ou os Fenícios, que certamente tiveram contacto com a região.<sup>23</sup> Apesar disso, ressalva que existiram manifestações culturais com certo “brilho”, que demonstram “a existência de fortes organizações colectivas”, de que é exemplo a cultura megalítica que produziu os dólmenes ou antas, visíveis nalgumas zonas do país.

O capítulo sobre a geografia de Portugal não inclui os arquipélagos dos Açores e da Madeira, as então chamadas Ilhas Adjacentes, mas dedica a parte final ao problema da composição étnica do povo português, numa linha de abordagem que foi comum na Antropologia Física. Nesse ponto, Mário de Vasconcelos e Sá não é, efectivamente, original e recorre a longas citações de três autores reputados na época: Artur Fonseca Cardoso (1865-1912), Ricardo Severo (1869-1940) e António Augusto Mendes Correia (1888-1960). Em causa estão as ideias destes autores sobre as “raças” que teriam dado origem aos portugueses e nas quais o autor baseia a sua conclusão.<sup>24</sup> Não é definido o conceito de “raça”, mas depreende-se que o usa para classificar os grupos humanos segundo determinadas características físicas e morfológicas. Assim, acaba por concluir pela existência de quatro tipos, que teriam estado na base dos múltiplos cruzamentos que se verificaram nesta região da península:

- o primeiro provavelmente de origem peninsular, dolicocefalo, moreno e baixo, distribuído pelas zonas montanhosas do Alto Minho, em Trás-os-Montes e na Beira;

22 *Idem*, p. 58.

23 A. A. Mendes Correia, “A Lusitânia pré-romana”, em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. I, p. 91.

24 As obras em causa são respectivamente: *Notas sobre Portugal* (1908); *Origens da Nacionalidade Portuguesa* (1912) e *Raça e Nacionalidade* (1919).

- o segundo de origem mongolóide, braquicéfalo, moreno e baixo, também presente no Minho (Viana);
- o terceiro de origem nórdica, dolicocefalo, louro e alto, espalhado por Ponte de Lima, Póvoa do Varzim, Porto, Gaia, entre outras zonas;
- o quarto de origem semito-fenícia, dolicocefalo, rosto alongado, muito moreno e de estatura mediana, no litoral do país.<sup>25</sup>

Tanto Fonseca Cardoso como Mendes Correia acentuam a relativa homogeneidade da população portuguesa e a sua dolicocefalia, com a predominância do tipo ibero-insular ou mediterrâneo. Apesar disso, Mendes Correia constata que é difícil encontrar no seio dos povos civilizados uma “absoluta unidade”.<sup>26</sup> Na verdade, não é possível descobrir unidade nem estabelecer uma diferenciação nítida entre os povos que compõem as várias nações da Europa Ocidental, cuja diversidade é acompanhada pelas características miscigenadas das populações. Por isso, o desiderato prosseguido por certas correntes da Geografia e da Antropologia de encontrar o fundamento “natural” das nacionalidades, nas características do meio ambiente e no predomínio de determinados tipos humanos ou “raças”, revelou-se infrutífero. Com escreveu Orlando Ribeiro, “as interpretações que procuravam no território e na ‘raça’ uma explicação para a origem de Portugal estão ultrapassadas”.<sup>27</sup>

### As origens

Na segunda parte do primeiro volume, em que estão em causa as origens étnicas de Portugal, A. A. Mendes Correia refere-se aos mais antigos habitantes do Noroeste da Península Ibérica, cujo primitivismo não lhes permitiu erguerem-se ao nível dos caçadores de renas cantabro-pirenaicos que deixaram notáveis produções artísticas. Mais tardio, o chamado *Homo Taganus* também possuía uma “cultura atrasada e precária”, mas “a sua índole pacífica, a sua religiosidade, o seu culto pelos mortos, testemunhavam já de certo um feição moral digna de simpatia, mormente pela sua aliança com o atraso industrial profundo e com a humildade do seu viver quotidiano”.<sup>28</sup> Mendes Correia idealiza, assim, os homens que nos deixaram os vestígios da sua cozinha, na margem esquerda do Tejo, os concheiros de Muge.

25 Mário de Vasconcelos e Sá, “I Parte: condições geográficas”, em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. I, p. 67.

26 Cit. *Ibidem*.

27 Orlando Ribeiro, “Portugal, formação de”, em Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, s.l., Iniciativas Editoriais, s.d., p. 132.

28 A. A. Mendes Correia, “A Lusitânia pré-romana”, em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. I, p. 112 e 113.

Em seguida, assinala a importância da cultura megalítica e mostra-se favorável à ideia de uma escrita muito precoce na Europa Ocidental, com base nas inscrições encontradas no Alvão, na região de Pontevedra, na Galiza, e na França. Se esta escrita fosse decifrada, julga que talvez se viesse a descobrir no Ocidente da Península, onde se ergueram os dólmenes, “um império mais admirável do que muitos que a história enaltece”.<sup>29</sup> Em sua opinião, seria triste verificar a sua decadência, mas a energia desses antepassados ilustres renasceria nas tribos dos Lusitanos que “não possuíam a psicologia depressiva de vencidos ou de degenerados estiolando num deplorável fim de raça”.<sup>30</sup> Deste modo, Mendes Correia afasta-se da história, pelo menos daquela que se baseia em factos averiguados e ilações precisas, e envereda pelo discurso ideológico, ao retroprojector no passado um desejo de grandeza, de heroísmo e de uma psicologia de vencedores de que o mítico povo Lusitano teria sido um exemplo.

Os Lusitanos eram, no seu entender, povos pré-celtas, provavelmente aparentados com os Iberos do Leste e do Sul, que vieram a sofrer a influência cultural e antropológica dos invasores celtas.<sup>31</sup> O nome pertencia somente a uma das tribos da região, mas foi generalizado pelos romanos. Mendes Correia considera que tal generalização “é legítima, em face da nomeada e da importância que essa tribo alcançou na História.”<sup>32</sup> Os Lusitanos não eram os únicos povos da parte ocidental da Península, mas ganharam a fama de serem “os mais fortes dos Iberos”, nos textos antigos. Por outro lado, são muito imprecisas as indicações sobre a região que ocupavam antes do domínio romano e, apesar de parte dela estar localizada no actual território português, entre o Tejo e o Douro, os seus limites estendiam-se para as posteriores terras de Espanha. Mendes Correia reconhece, em consequência, que não há sinonímia entre Lusitanos e Portugueses, mas ao contrário do historiador Alexandre Herculano defende que “a ascendência lusitana não é uma pura invenção”.<sup>33</sup>

A tese de Herculano tinha imediatamente suscitado polémica, porque vinha pôr em causa uma longa tradição que remontava aos textos clássicos dos humanistas portugueses. A filiação do reino de Portugal na antiga Lusitânia e dos Portugueses nos Lusos, como sinónimo de Lusitanos, tornou-se corrente na época moderna. As suas expressões mais conhecidas são *Os Lusíadas*, de Camões, e a *Monarquia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito. Segundo Leite de Vasconcelos, a palavra Lusos foi uma criação literária dos humanistas, baseando-se num passo mitológico do escritor romano Marco Terêncio Varrão (116 a.C — 27 a.C.) que filia o topónimo Lusitânia em *Lusus* ou *Lysa*, filhos de

---

29 *Idem*, p. 156.

30 *Ibidem*.

31 *Idem*, p. 182.

32 *Ibidem*.

33 *Idem*, p. 185.

Baco.<sup>34</sup> De qualquer modo, se este último termo foi uma criação do Renascimento, as referências aos Lusitanos são anteriores e os relatos sobre as guerras que travaram com os Romanos já se encontram no historiador grego Políbio (203 a.C. — 120 a.C.) e no geógrafo Estrabão (63 ou 64 a.C. — cerca de 24 d.C.), entre outros autores clássicos.

Depois dos autores greco-latinos, continuou a haver referências ao topónimo e Mendes Correia considera que, apesar dos séculos e das sucessivas invasões da península, não se verificou o desaparecimento dos elementos indígenas.<sup>35</sup> Ao invés, propõe a tese de que teria havido uma “eliminação progressiva do sangue estranho pelo elemento indígena predominante e fisiologicamente adaptado e enraizado.”<sup>36</sup> Contudo, esta posição é muito discutível, porque não se pode afirmar que os Lusitanos eram predominantes. Como o próprio autor afirma, eram somente uma das tribos e os romanos, que tiveram de enfrentar a sua resistência, generalizaram a utilização do seu nome. Havia uma diversidade de povos nesta região da península, de várias proveniências e características étnicas, e as migrações posteriores introduziram novos elementos que se misturaram com os autóctones. Por isso, os bravos Lusitanos, ciosos da sua independência, dos quais muito pouco se sabe realmente,<sup>37</sup> aparecem disseminados num complexo etnocultural que extravasa as fronteiras nacionais e não permite estabelecer uma filiação linear dos Portugueses com eles. Porém, como mostrou Anne-Marie Thiesse, a busca dos antepassados é um dos grandes desideratos do processo de construção das identidades nacionais, sendo fundamental que eles tenham uma imagem forte.<sup>38</sup> Ora, Mendes Correia descreve os Lusitanos nos seguintes termos:

Corajosos e valentes — sobretudo os das montanhas — eram ciosos da sua independência e capazes de feitos heróicos, de formidáveis sacrifícios, entre os quais o da própria vida. Obedeciam, porém, mais aos impulsos do momento do que a um plano perseverante. Fatigavam-se depressa, mesmo no meio das suas empresas, e, como afirma Diodoro Sículo, sucumbiam na adversidade. Se por vezes, iam até à ferocidade, noutras ocasiões eram generosos. Fiéis à palavra dada eram facilmente iludidos, em vista do seu temperamento supersticioso e crédulo.<sup>39</sup>

---

34 Cit. Mário Cardoso, “Lusitanos”, em Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, s.l., Iniciativas Editoriais, s.d., p. 81

35 A. A. Mendes Correia, ob. cit., p. 186.

36 *Idem*, p. 187.

37 Carlos Fabião, “O Passado Proto-histórico e Romano”, em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, s.d., pp. 180-181.

38 Anne-Marie Thiesse, *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas & Debates, 2000, p. 25.

39 A. A. Mendes Correia, ob. cit., p. 200.

Vê nalguns desses traços da psicologia dos Lusitanos, como a falta de perseverança e a impulsividade, as características dos Portugueses do seu tempo. De facto, o exercício da imaginação que é necessário fazer para identificar a psicologia dos Lusitanos, a partir dos testemunhos esparsos das crónicas antigas, acaba por ser, sobretudo, uma forma de projecção do presente no passado remoto. Nesta ordem de ideias, o aspecto mais caro à visão nacionalista da história é a sua resistência à ocupação romana, o que os torna "guerreiros ciosos da sua independência pátria, insubmissos perante o poder e a cultura dos invasores".<sup>40</sup> E, além disso, tiveram um verdadeiro herói, o caudilho Viriato: "forte, valente, decidido, hábil, dotado duma admirável visão estratégica e de magníficos recursos táticos (...), e ao mesmo tempo patenteava, através da sua rudeza nativa, os melhores condimentos de justiça, de generosidade e de desinteresse".<sup>41</sup> Este homem só foi vencido pela traição, mas a sua memória imortalizou-se nas narrativas dos escritores clássicos. Compreende-se, assim, que os Lusitanos exerçam um forte apelo identificador e a segura da posição de Herculano tenha suscitado acesa contestação, como não colhem as actuais reservas e a prudência dos especialistas em relação ao que, efectivamente, sabemos sobre aquele povo. Os Lusitanos ou Lusos colaram-se à nossa pele e ganharam foros dos mais legítimos antepassados.

Na terceira parte é abordado o domínio romano pelo professor da Universidade de Coimbra, Virgílio Correia. Depois de narrar o processo da ocupação, faz uma descrição pormenorizada daquela época, centrando-se nos aspectos político-administrativos e culturais. Os vestígios da presença romana são destacados e a sua profunda influência nas sociedades peninsulares. O relato do período anterior à formação de Portugal, continua com o domínio germânico, exposto pelo professor da Universidade do Porto, F. Newton de Macedo. A palavra Germanos parece ser de origem céltica e significa vizinhos.<sup>42</sup> Tratava-se dum vasto conjunto de povos que viviam para além dos limites do Império Romano e empreenderam grandes migrações. A sua entrada dentro do Império não de fez de forma abrupta e violenta, mas de modo progressivo e muitas vezes pacífico, como autênticas "nações em marcha", que ficaram na qualidade de federados e aliados de Roma.<sup>43</sup> Na Península Ibérica, acabaram por se estabelecer os Suevos, a Norte do Tejo até à Galiza, e os Visigodos, a Sul até à linha dos Pirinéus.

A conquista do reino dos Suevos, liderada por Leovegildo, estabeleceu a unidade da Península sob o domínio visigótico. As lutas intestinas foram a principal fraqueza do reino dos Visigodos que acabaram por ser vencidos

---

40 *Idem*, p. 204.

41 *Idem*, p. 210.

42 F. Newton de Macedo, "O Domínio Germânico", em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (orgs.), *História de Portugal*, vol. I, p. 295.

43 *Idem*, p. 313.

pelos Árabes na batalha de Guadalete, em 711. Os muçulmanos foram apoderando-se de praticamente toda a Hispânia, com a excepção das "escarpadas serranias das Astúrias, núcleo gerador das futuras monarquias neo-cristãs".<sup>44</sup> Newton de Macedo considera que os povos germânicos já se organizavam como *nacionalidade*, porque havia uma "concentração geográfica e espiritual, interesses colectivos a sobrepor-se aos interesses meramente individuais, predomínio crescente do direito público, político, sobre o direito privado."<sup>45</sup>

É discutível a utilização do conceito de nacionalidade para épocas tão recuadas. De facto, o termo aparece pela primeira vez em dicionários no século XVIII e a sua utilização só se expande no século XIX, no contexto do processo conhecido historicamente como "movimento das nacionalidades", que conduziu ao redesenho do mapa político da Europa. Em Portugal, Rafael Bluteau, no seu *Vocabulário Portugez & Latino*, em 1716, já utiliza o conceito de nação no sentido político: "nome colectivo que se diz da gente que vive em alguma grande região ou reino debaixo do mesmo senhorio". Mas ainda não contém a palavra nacionalidade, que o *Dicionário Houaiss* considera derivar do francês *nationalité*, do final do século XVIII, e referencia pela primeira vez em Portugal no início do século seguinte. Mas o problema não reside somente na utilização anacrónica das palavras, prende-se, sobretudo, em ver as sociedades passadas sem o necessário distanciamento temporal. De facto, os povos germânicos constituíram formas organizativas de tipo estatal e a sua agregação fazia-se na base de solidariedades familiares e de linhagem e de relações de ordem pessoal, de homem a homem. Ainda não se tratava da nação, no sentido moderno, que implica uma ideia de solidariedade transversal que une todos os indivíduos e grupos sociais numa comunidade de ordem superior, que se sobrepõe às famílias, aos grupos sociais e às relações pessoais. Aquelas sociedades cultivavam os particularismos, as divisões, as relações de proximidade e, durante muitos séculos, as nações ou pátrias continuaram a estar relacionadas com a terra onde se nascia, com a qual se mantinha laços ancestrais, porque era também o berço dos seus antepassados directos. Assim, nas universidades medievais, os estudantes estavam agrupados em "nações" que eram as regiões de onde eram provenientes e onde se falava uma língua comum. É longo e complexo o processo que leva a ideia de nação a ultrapassar o quadro regional da província ou do *pays*, segundo o termo francês, para o quadro de um Estado, com fronteiras definidas, pautado pelo dever de obediência colectiva a um centro de poder que impõe a lei e a ordem.

Por vezes, como no caso português, esse processo pôde ser relativamente precoce, porque o Estado definiu cedo as suas fronteiras, manteve a estabilidade territorial e possuía também homogeneidade linguística, apesar da

---

44 *Idem*, p. 333.

45 *Idem*, p. 335.

variedade de falares locais e do mirandês. Contudo, entre a forma como as elites cultas e dirigentes vêem as suas pertenças, que podemos observar na literatura, nas crónicas, nos documentos políticos e legislativos, e o sentir da maioria da população vai uma distância considerável. Assim, é verosímil o episódio que se contava que uma vez o rei D. Luís, já na segunda metade do século XIX, perguntou a um grupo de pescadores, com os quais se cruzou no mar, se eram portugueses e eles reponderam: "Nós outros? Não, meu Senhor. Nós somos da Póvoa do Varzim."<sup>46</sup> Naquele século, há uma consciência aguda por parte dos intelectuais e dirigentes políticos de que é preciso desenvolver nas populações, através da educação e da aprendizagem dos rudimentos da História de Portugal, as bases da identificação com o colectivo que é a Nação Portuguesa. Ao contrário de outras identificações, esta não surge de forma espontânea, constrói-se através da intervenção dos poderes públicos e da criação de uma ideia de comunidade superior aos particularismos locais e às profundas diferenças entre os indivíduos e os grupos sociais. A par da ideia moderna de nação desenvolve-se a de nacionalidade, que remete directamente para a noção de pertença a um país que pode ser o local do nascimento ou do domicílio. Este é um conceito eminentemente político e uma das dimensões fundamentais da cidadania no mundo que emerge das revoluções liberais e do romantismo. Assim sendo, há actualmente um debate muito vivo sobre a utilização destes termos na análise histórica e sobre o risco de se incorrer em anacronismo, que nos parece ser o caso de Newton de Macedo quando trata como nacionalidade os reinos germânicos da Península Ibérica. A preocupação de remontar o mais longe possível no tempo a constituição das nações, vistas inclusive como algo de natural, é uma característica ideológica das concepções nacionalistas, que deixaram uma marca persistente nas historiografias nacionais.

A quarta parte da obra é escrita pelo professor da Universidade de Lisboa, David Lopes, um reputado orientalista, e debruça-se sobre o domínio árabe. Começa por apresentar uma cronologia política dos sucessivos períodos da ocupação árabe, do século VIII ao século XV, quando foi conquistado o último reduto dos mouros na península, o reino de Granada. A descrição dos acontecimentos políticos centra-se nas lutas internas e externas dos Árabes. De modo geral, narra a sucessão dos diferentes grupos dinásticos e seitas no poder, bem como dos períodos de grande fragmentação política, e as guerras que foram travando com os cristãos. Trata também dos aspectos sociais e políticos e da cultura, defendendo que os árabes não foram verdadeiros criadores no campo das ideias. Todavia, partindo de formas de pensamento alheio, souberam tecer reflexões com um cunho seu, mercê do seu grande poder de assimilação.<sup>47</sup> Destaca o brilhantismo que a cultura árabe atingiu na Península

---

46 José Mattoso, *A Identidade Nacional*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 2001, p. 14.

Ibérica, que considera também uma obra dos hispano-godos submetidos. Sevilha, Córdova, Granada atestam a pujança daquela civilização, na qual Portugal ocupou uma posição periférica. Por isso, não há aqui monumentos comparáveis aos que se encontram no Sul da Espanha.

A influência da cultura árabe na península foi muito forte e deu origem a fenómenos de hibridação, na linguagem actual, que se evidenciam através dos Moçárabes — cristãos arabizados — e dos Mudéjares — muçulmanos que, passando a viver em territórios cristãos, neles ficaram na condição de vassallos livres, apesar de estarem sujeitos a impostos de capitação e a restrições de alguma forma discriminatórias destas comunidades. Mas o mesmo acontecia com os Moçárabes que viviam sob o domínio dos árabes. O estado de guerra quase permanente entre os cristãos e os muçulmanos na Península não impediu o convívio e até uma certa tolerância mútua, que muito admirou os cavaleiros provenientes do Norte da Europa que participaram nas conquistas. David Lopes salienta a grande influência dos Mouros nos reinos cristãos formados após a "reconquista": "Então as cortes dos reis cristãos pareciam cortes de reis mouros. As armas dos cavaleiros eram mouriscas; eles cavalgavam à mourisca; eram mouriscos muitos dos objectos da casa e as paredes desta eram revestidas de azulejos mouriscos; os tecidos ricos eram também dessa origem."<sup>48</sup> As marcas dessa presença mantiveram-se bem vivas nas sociedades peninsulares e David Lopes faz uma listagem de vocábulos provenientes do árabe, entre os quais o termo coloquial: Oxalá — Se Alá quiser! (no sentido original).

Contudo, apesar dessa profunda influência, os Árabes são apresentados como invasores e, mais do que isso, como "intrusos" que os cristãos, de forma lenta e persistente, acabaram por expulsar da Hispânia.<sup>49</sup> Os Árabes são o Outro, o elemento estranho que vem doutro continente e pratica uma religião diferente; enquanto que os godos, que entraram nos limites do Império Romano em vagas sucessivas e acabaram por formar um grande reino visigótico, no Ocidente, e cristianizar-se, são vistos como directos antepassados. Uma linha de continuidade une os Portugueses e os Espanhóis actuais a esses remotos cristãos que se refugiaram no Norte da Península, e daí fizeram guerra sem quartel aos muçulmanos. A primeira vitória foi averbada por Pelaio ou Pelágio (o nome aparece grafado dos dois modos) na batalha de Cangas de Onis ou Covadonga, pouco mais de uma década depois da conquista efectuada sob o comando de Tárique. A partir deste episódio, a história do processo de "reconquista" é narrada por Damião Peres, de acordo com a sequência cronológica, até ao reinado de D. Afonso VI, que conseguiu estender o seu poder e tornar-se rei de Leão, de Castela e da Galiza, na qual estava integrado o

47 David Lopes, "O Domínio Árabe", em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. I, p. 413.

48 *Ibidem*.

49 *Idem*, p. 394.

Condado Portucalense. Em 1071, os barões de Entre-Douro-e-Minho revoltaram-se contra o senhor da Galiza, sob o comando do conde Nuno Mendes, e Damião Peres vê nisso um movimento precursor da independência.<sup>50</sup>

Na última parte deste primeiro volume, o professor da Universidade de Lisboa, Manuel Ramos, traça um quadro da vida política do Condado Portucalense e das tensões que acabaram por conduzir ao confronto entre os partidários D. Teresa, associada ao conde galego Fernão Peres de Trava, e D. Afonso Henriques, na batalha de S. Mamede. Na linha do que defendeu Alexandre Herculano, o autor considera que a separação do reino de Leão foi o resultado de um movimento insurreccional: "Terra hereditária, jurisdição hereditária não excluíam a subordinação do conde ao rei de Leão. A desintegração portuguesa foi, assim, um acto ilegal, uma longa insurreição, quase diríamos uma insurreição por evolução, se pudéssemos conciliar estes dois termos."<sup>51</sup> A questão política e a vontade de cortar os laços de dependência por parte da nobreza do condado tiveram, por conseguinte, um papel importante na constituição do reino de Portugal. Mas, numa ordem de ideias coerente com o resto da obra, considera que as causas da independência de Portugal são muito profundas, de carácter étnico, geográfico e, finalmente, de natureza histórica.<sup>52</sup> Por isso, o advento do Estado português é visto como um facto inserido numa evolução quase natural, plenamente justificado pelas condições geofísicas e humanas especiais desta região da Península Ibérica.

Se a linha de continuidade estabelecida com os Lusitanos foi posta em causa e teve de ser matizada, também a historiografia medieval das últimas décadas tem vindo a questionar a ideia do reino das Astúrias ser o sucessor da monarquia visigótica e, portanto, o legítimo responsável pela recuperação do território peninsular. Na realidade, os monarcas asturianos "governavam um território que nunca havia sido efectivamente dominado pelos exércitos visigóticos."<sup>53</sup> A zona das montanhas das Astúrias e o país dos Bascos resistiram às tentativas de incorporação no Império Romano e, durante a época dos Godos, continuaram independentes, tornando-se um foco de sucessivas incursões de pilhagem e de destruição que os Visigodos nem sempre conseguiram rechaçar com sucesso. Deste modo, o núcleo de resistência antimuçulmana e de restauração das tradições visigóticas situava-se num território que os Visigodos não tinham conseguido dominar e era devido à acção de povos que não foram assimilados por eles. Porém, é perfeitamente natural que a parte da

---

50 Damião Peres, "A reconquista cristã", em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. I, p. 466.

51 Manoel Ramos, "O Condado Portucalense", em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. I, p. 487.

52 *Idem*, p. 486.

53 José Mattoso, "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, s.d., p. 442.

nobreza visigoda que não aceitou submeter-se ao conquistador árabe se tivesse refugiado naquela região e contribuído, de forma decisiva, para organizar a partir dali o combate aos muçulmanos. Assim sendo, a expressão “reconquista cristã” não foi posta de lado, mas sabendo que se trata, afinal, de uma autêntica conquista de territórios que mudaram várias vezes de senhores ao longo da história.

É conhecida a origem do topónimo Portucale, que designava uma povoação na margem norte do rio Douro. No século IX, apareceu o termo Portucalese, aplicado a um trato de terra de uma certa extensão. Depois de um primeiro condado, de contornos imprecisos, de que foi o último conde o já referido Nuno Mendes, o Condado Portucalese que viria a dar origem ao reino de Portugal só surgiu no final do século XI. O Conde D. Henrique da Borgonha, casado com uma filha ilegítima da D. Afonso VI, governava esta província e possuía todas as propriedades regalengas. Damião Peres e Manuel Ramos consideram que a política independentista remonta logo ao primeiro conde, o que se torna manifesto na sua política eclesiástica.<sup>54</sup> Em 1125, o filho, Afonso Henriques, apenas com catorze anos, arma-se cavaleiro a si próprio, um acto que só os reis costumavam praticar. Os episódios seguintes do conflito com a mãe, D. Teresa, e com o primo, Afonso VII, concluem este volume sobre as bases da fundação de Portugal.

No segundo volume, Manuel Ramos continua a sua narrativa dos sucessos políticos que conduziram ao uso do título de rei por Afonso Henriques e à constituição do reino de Portugal. Neste capítulo, o professor destaca a importância dos factores políticos e humanos: “Portugal deveu a sua existência aos homens de Estado, aos guerreiros indómitos, aos homens da Igreja e à coragem paciente de uma população que nos séculos XI e XII chegou a constituir o tipo de ‘nação armada’ que muitos julgam ser uma criação do nosso tempo. O papel de Afonso I na Reconquista foi grandioso”.<sup>55</sup> É esse papel guerreiro e conquistador que lhe confere legitimidade para ser rei. Pela acção da sua espada e dos seus sucessores se foi talhando o território do reino, o que é miudamente narrado nos capítulos seguintes pelo professor Ângelo Ribeiro.

Na sua visão, “o Portugal moderno resulta de uma pequena sociedade que se desintegra da monarquia leonesa, e vai agregando a si populações que, por comunidade de índole, de costumes, de tradições, de língua, de confissão religiosa e de saliente antagonismo com o dominador muçulmano, com ela formam um todo harmónico, cuja coesão mais e mais se acentua com a excelente organização que vai dando a si própria”.<sup>56</sup> Não é provável que as

54 Manoel Ramos, “O Condado Portucalese”, em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. I, p. 499.

55 *Idem*, vol. II, p. 10.

56 Ângelo Ribeiro, “Portugal e Algarve”, em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. II, p. 18.

populações do recém-formado reino de Portugal formassem uma comunidade realmente distinta dos seus vizinhos peninsulares. O fundo ancestral era o mesmo e a língua portuguesa só lentamente foi construída, a partir do latim vulgar herdado da dominação romana. Por outro lado, na sua abordagem Ângelo Ribeiro não dá a devida importância às estreitas relações que os reinos cristãos mantiveram com os muçulmanos. As guerras dominam o seu relato, seja as de conquista caracterizadas pelos assaltos e cercos a castelos e cidades ou as correrias que se destinavam a assaltar e devastar as terras dos vizinhos. Os cristãos chamavam a essas incursões no território inimigo, muitas vezes realizadas na primavera para destruir as plantações, o *fossado* e os muros designavam-nas por *algaras* ou *gazivas*.<sup>57</sup> Toda a sua linha narrativa acentua as cisões e as guerras, com os Mouros e com o reino de Leão e Castela, porque são elas que sustentam uma interpretação nacionalista da história política da primeira dinastia.

Nela sobressai a figura do primeiro rei de Portugal: “Afonso I é um grande guerreiro, capaz de todas as audácias; o seu espírito de iniciativa é moderado por uma argúcia, uma pertinácia e uma prudência que fazem dele um verdadeiro chefe de Estado”.<sup>58</sup> Afonso Henriques é o herói da fundação da nacionalidade, apesar de Ângelo Ribeiro não deixar de referir que se trata de uma “obra colectiva”, estribada na diferença geográfica e na capacidade de organização interna da sociedade portugalense. Associada aos factores internos está a “íntima aliança entre o poder régio e a instituição municipal, a cooperação contínua do rei e do povo”.<sup>59</sup> Assim, a coroa, os concelhos, a nobreza, de certa forma a Igreja ou, pelo menos, parte dela, apesar da colisão de interesses com o trono, estiveram presentes na edificação de Portugal. O território foi, paulatinamente, conquistado e no tratado de Alcanises, em 1297, as fronteiras entre Portugal e Castela foram fixadas, tendo sofrido depois disso poucas alterações. O tratado foi acompanhado com as habituais promessas de casamento entre os príncipes das duas casas da Borgonha, a de Portugal e a de Leão. Estes consórcios não obedeciam a uma lógica de interesse nacional moderna, mas a estratégias de afirmação das casas reais e de sucessão dinástica. Os senhores de ambos os lados da fronteira sempre estiveram atentos à possibilidade de ocuparem o trono uns dos outros.

No final do século XIII, estava delimitado o território e constituído o reino de Portugal. Para os historiadores que temos vindo a citar, esse facto radica em algo mais profundo que a mera vontade política dos homens e a intervenção dos factores históricos. Condições de ordem geográfica e étnica, verdadeiras forças

---

57 *Ibidem*.

58 *Idem*, “Jornadas de Além-Tejo”, em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. II, p. 74.

59 *Idem*, “O rei e a integridade do património da coroa”, em Damião Peres e Eleutério Cerdeira (org.), *História de Portugal*, vol. II, p. 117.

dum determinismo natural impelem esta região da Península Ibérica a constituir um Estado independente e, a par dele, a fundar uma nacionalidade. E esta, por sua vez, define-se do ponto de vista histórico e cultural pelas múltiplas heranças que combinou, apesar de algumas terem mais peso do que outras. Entre o papel mítico dos Lusitanos, a influência efectiva dos povos celtas e da colonização romana, a importância dos Visigodos e da “reconquista” cristã, que moldou os reinos medievais na península, os menos valorizados acabam por ser os Árabes, tratados ao longo de centenas de páginas como simples inimigos dos cristãos. Não fora os importantes capítulos da pena de David Lopes e a identificação das origens de Portugal estaria muito distorcida. Mas Portugal é visto, afinal, como um país cristão, de língua românica, herdeiro do heroísmo e do espírito de independência dos Lusitanos, voltado para o mar e para o seu destino ultramarino. Eis, em suma, a identificação que ressalta das páginas desta *História de Portugal*, que foi um monumento da historiografia nacional.

### Referências bibliográficas

- Barthes, Roland, (1987) “O discurso da História”, em *O Rumor da Língua*, Lisboa, Edições 70, pp. 121-141.
- Buescu, Ana Isabel (1991), “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 49-69.
- Cardoso, Mário (s.d.), “Lusitanos”, em Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, s.l., Iniciativas Editoriais.
- Catroga, Fernando (1996), “Alexandre Herculano e o historicismo romântico”, em Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 39-85.
- Fabião, Carlos (s.d.), “O Passado Proto-histórico e Romano”, em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1955), “A historiografia portuguesa. Orientações, problemas, perspectivas”, *Revista de História*, vol. X, 21 e 22, Janeiro-Junho, pp. 3-21.
- Lourenço, Eduardo (1988), *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, Oliveira (1991), *História de Portugal*, 20.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores.
- Matos, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri.
- Mattoso, José, “Apresentação. A tradição historiográfica das Histórias de Portugal” em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, I vol., Lisboa, Editorial Estampa, s.d.
- Mattoso, José, (s.d.), “Portugal no Reino Asturiano-Leonês” em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 441-562.
- Mattoso, José (2001), *A Identidade Nacional*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva.

- Peres, Damião, e Eleutério Cerdeira (org.) (1928-1935, 1937 e 1954) *História de Portugal*, vols. I-VII, Índices e Suplemento, Barcelos, Portucalense Editora.
- Ribeiro, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1987), 5.<sup>a</sup> ed., revista e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Ribeiro, Orlando (s.d.), "Portugal, formação de", em Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, s.l., Iniciativas Editoriais.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1963), "Da possibilidade de uma nova 'História de Portugal': fontes e métodos", em *Anais*, II série, vol. 13, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 109-137.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1972-1974), *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, 3 vols., Lisboa, Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1962), *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Verbo.
- Serrão, Joel (s.d.), "Historiografia: na época contemporânea", em *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Porto, Iniciativas Editoriais, pp. 437-446.
- Thiesse, Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas & Debates.
- Torgal, Luís Reis (1996), "Sob o signo da 'reconstrução nacional'", em Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Torgal, Luís Reis José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga (1996), *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.



As nações são construções históricas complexas e dinâmicas, sujeitas a transformações e a mudança. A forma como essas entidades surgem aos olhos dos que delas fazem parte, como são vistas, percebidas e imaginadas, eis o género de problemas que foi lançado como desafio para a reflexão dos investigadores no encontro intitulado *Identidades Nacionais em Debate*.

Reuniram-se perspectivas de abordagem da sociologia, da psicologia social, da antropologia e da história. Os sociólogos apresentaram o olhar da sua disciplina sobre a construção das identidades em contextos migratórios, seja dos portugueses que se fixam no estrangeiro ou dos imigrantes africanos que vivem no nosso país. Os psicólogos preocuparam-se, sobretudo, com a questão das memórias sociais e das representações simbólicas das identidades, no contexto português e brasileiro. Os antropólogos situaram-se na análise comparativa das imagens e dos discursos sobre a identidade nacional em vários autores e ensaístas que têm tratado do assunto. Finalmente, os historiadores procuraram surpreender a forma como as narrativas históricas têm contribuído para criar uma certa ideia da nação e do seu passado, no Brasil e em Portugal.

Este conjunto de intervenções mostra que é fundamental aproximar os olhares das ciências sociais e que, cada vez mais, é necessário desenvolver trabalho em conjunto para se poderem compreender fenómenos complexos como as identidades.

Joana Miranda, doutorada em psicologia social, é professora auxiliar da Universidade Aberta e investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI). Maria Isabel João, doutorada em história contemporânea, é professora auxiliar da Universidade Aberta e investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI).

Ciências sociais | Identidades | nacionalismo



CELTA EDITORA

[www.celtaeditora.pt](http://www.celtaeditora.pt)